



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 1 de 18

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------|---|
| PODER EXECUTIVO DE ZACARIAS | 2 |
| Atos Oficiais | 2 |
| Leis | 2 |

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Zacarias, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Zacarias poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.zacarias.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Zacarias

CNPJ 65.708.760/0001-01
Rua Castro Alves, 637
Telefone: (18) 3694-8900
Site: www.zacarias.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Câmara Municipal de Zacarias

CNPJ 65.709.008/0001-77
Avenida Doze de Março, 1000
Telefone: (18) 3694-1054
Site: www.zacarias.sp.gov.br

Instituto de Previdência Municipal de Zacarias

CNPJ 04.294.935/0001-89
Avenida Doze de Março, 1019
Telefone: (18) 3694-1163
Site: www.ipremzacarias.sp.gov.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Zacarias garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.zacarias.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 2 de 18

PODER EXECUTIVO DE ZACARIAS

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 1683/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

“INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE ZACARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Zacarias, Comarca de Buritama, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas e eventos do Município de Zacarias.

Art. 2º - O Executivo organizará e publicará, em cada ano, o Calendário de Eventos da Cidade de Zacarias, do qual constarão todos os acontecimentos e eventos culturais, artísticos, esportivos, festivos, de lazer e datas comemorativas, instituídos por esta lei, além daqueles já tradicionalmente realizados no Município.

Art. 3º - Além dos eventos referidos no artigo anterior, serão incluídos no Calendário aqueles que, de qualquer modo, contribuam para atingir os seguintes objetivos:

I - incremento do turismo;

II - conservação e desenvolvimento das tradições folclóricas brasileiras;

III - recreação popular;

IV - desenvolvimento das atividades econômicas, da indústria e do comércio.

Art. 4º - Integram o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Zacarias, as datas comemoradas e os eventos realizados anualmente:

I - Em janeiro:

a) campeonato regional de futebol de minicampo;

b) janeiro branco (conscientização sobre o bem estar mental, físico, social)

II - Em fevereiro:

a) fevereiro vermelho (conscientização e prevenção contra uso de drogas).

III - Em março:

a) Semana da Mulher, na semana que inclui o dia 8;

b) Festividades em comemoração ao aniversário de emancipação político administrativa;

c) Cavalgada;

d) Corrida de pedestres;

e) Prova do laço e prova do tambor ;

f) Jogo Futebol Master.

IV - Em abril:

a) Cinema na Praça;

V - Em maio:

a) Passeio Ciclístico;

b) Campeonato de Estilingue Regional;

c) maio laranja (conscientização contra o abuso infantil).

VI - Em junho:

a) Juninão;

b) Semana do Meio Ambiente.

VII - Em julho:

a) Campeonato de Truco;

b) Ciclismo solidário.

VIII - Em agosto:

a) Campeonato de Malha;

b) Campeonato de Pipa.

IX - Em setembro:

a) Setembro amarelo (campanha de prevenção ao suicídio);

b) Encontro de Folia de Reis;

c) Campeonato de Vôlei de Praia;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 3 de 18

d) Festival da Tilápia;

X - Em outubro:

a) Festividades em comemoração ao dia das Crianças;

b) Festividades em comemoração ao dia do Idoso;

XI - Em novembro:

a) Pesca Esportiva.

XII - Em dezembro:

a) Desafio MTB;

b) Festividades de natal e final de ano.

XIII - Em datas móveis:

a) Pré - Carnaval;

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, restando revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE ZACARIAS, Paço Municipal "Aldo Oliva", aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JAQUELINE POLIZEL OLIVEIRA

Procuradora Jurídica



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 4 de 18



MUNICÍPIO DE ZACARIAS

CNPJ: 65.708.760/0001-01

Rua Castro Alves, 637 - Fone: (18) 3694-8900 - CEP: 15.265-000 - Zacarias - SP

LEI Nº 1684/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

“Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.”

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Zacarias, Comarca de Buritama, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito reais) distribuídos as seguintes dotações:

| Suplementação (+) | | 158.000,00 |
|--------------------------|---|--|
| | 02 01 03 Setor Controladoria | |
| 47 | 28.846.0002.2042.0000 | PAGAMENTOS COM TERCEIROS |
| 65.000,00 | 3.3.90.47.00 | OBRIGAÇÕES TRIBUT. E CONTRIBUTIVAS |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO |
| 110000 | | GERAL |
| | 02 02 02 Setor Ensino Fundamental | |
| 69 | 12.361.0003.2012.0000 | MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL |
| 15.000,00 | 3.1.90.11.00 | VENCIMENTOS E V. FIXAS - PESSOAL CIVIL |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO |
| 220000 | | ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f |
| | 02 02 02 Setor Ensino Fundamental | |
| 73 | 12.361.0003.2012.0000 | MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL |
| 5.000,00 | 3.1.91.13.00 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO |
| 220000 | | ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f |
| | 02 03 04 Setor Assistência Farmacêutica | |
| 159 | 10.303.0004.2024.0000 | MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA |
| FARMACÊUTICA | | |
| 33.000,00 | 3.3.90.32.00 | MAT., BEM OU SERV. P/ DISTRIBUIÇÃO |
| GRATU | | |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO |
| 310000 | | SAÚDE-GERAL |
| | 02 05 04 Setor Fundo Municipal do Idoso | |
| 229 | 08.241.0006.2034.0000 | MANUTENÇÃO FMI |
| 40.000,00 | 3.3.90.32.00 | MAT., BEM OU SERV. P/ DISTRIBUIÇÃO |



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 5 de 18



MUNICÍPIO DE ZACARIAS

CNPJ: 65.708.760/0001-01

Rua Castro Alves, 637 - Fone: (18) 3694-8900 - CEP: 15.265-000 - Zacarias - SP

GRATU

F.R.:00100
510000

01 TESOIRO
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

| | | | | |
|------------|----------|-------------------------------------|-----------------------|--|
| 51 | 02 01 03 | Setor Controladoria | 99.999.0002.0001.0000 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA |
| -65.000,00 | | | 9.9.99.99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO | | |
| 110000 | | GERAL | | |
| 54 | 02 01 04 | Setor Fundo Social de Solidariedade | 04.244.0002.2009.0000 | AUXÍLIO A PESSOAS CARENTES |
| -40.000,00 | | | 3.3.90.32.00 | MAT., BEM OU SERV. P/ DISTRIBUIÇÃO |
| GRATUIT | | | | |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO | | |
| 110000 | | GERAL | | |
| 90 | 02 02 04 | Setor Ensino Superior | 12.364.0003.2017.0000 | MANUTENÇÃO ENSINO SUPERIOR |
| -20.000,00 | | | 3.1.90.11.00 | VENCIMENTOS E V. FIXAS - PESSOAL CIVIL |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO | | |
| 110000 | | GERAL | | |
| 135 | 02 03 02 | Setor Atenção Básica | 10.301.0004.2021.0000 | MANUTENÇÃO ATENÇÃO BASICA BUCAL |
| -5.000,00 | | | 3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO | | |
| 310000 | | SAÚDE-GERAL | | |
| 138 | 02 03 02 | Setor Atenção Básica | 10.301.0004.2021.0000 | MANUTENÇÃO ATENÇÃO BASICA BUCAL |
| -4.000,00 | | | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE T. - PESSOA |
| JURÍDICA | | | | |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO | | |
| 310000 | | SAÚDE-GERAL | | |
| 149 | 02 03 03 | Setor Média e Alta Complexidade | 10.302.0004.2022.0000 | MANUTENÇÃO MAC |
| -10.000,00 | | | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE T. - PESSOA |
| JURÍDICA | | | | |
| F.R.:00100 | 01 | TESOURO | | |



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 6 de 18



MUNICÍPIO DE ZACARIAS

CNPJ: 65.708.760/0001-01

Rua Castro Alves, 637 - Fone: (18) 3694-8900 - CEP: 15.265-000 - Zacarias - SP

| | | | |
|---------------------|----|-----------------------|------------------------------------|
| 310000 | | | SAÚDE-GERAL |
| | 02 | 03 | 03 Setor Média e Alta Complexidade |
| 315 | | 10.302.0004.2022.0000 | MANUTENÇÃO MAC |
| -14.000,00 | | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL |
| | | | PERMANENTE |
| F.R.:00100 | 01 | | TESOURO |
| 310000 | | | SAÚDE-GERAL |
| Anulação (-) | | | -158.000,00 |

Artigo 3o.- Para efeito do crédito adicional de que trata a presente lei, fica alterado o PPA e a LDO vigente.

Artigo 4o.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE ZACARIAS, Paço Municipal "Aldo Oliva", aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JAQUELINE POLIZEL OLIVEIRA
Procuradora Jurídica



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 7 de 18

LEI Nº 1685/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS ZCR -168 e 471, NO MUNICÍPIO DE ZACARIAS.”

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Zacarias, Comarca de Buritama, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada ZCR -168 a estrada rural que faz divisa com o Município de Planalto, no córrego do Barbudo, passando pelos Bairro Sempre Viva, Fazenda Caturama e Fazenda Bandeirante até o ponto final na Estrada Municipal Estrada do Salto.

Art. 2º - Fica denominada ZCR -471 a estrada rural que inicia na estrada Municipal ZCR - 468, passando pela Fazenda Sta. Cecília, até o ponto final na Estrada Municipal ZCR – 168.

Art. 3º – As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE ZACARIAS, Paço Municipal "Aldo Oliva", aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JAQUELINE POLIZEL OLIVEIRA

Procuradora Jurídica

LEI Nº 1686/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA, Prefeito

Municipal de Zacarias, Comarca de Buritama, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de ZACARIAS - SP, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social de ZACARIAS - SP é vinculado à estrutura do órgão gestor da política de assistência social - Departamento Municipal de Assistência Social que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGDSUAS instituído pela Lei nº 12.435/2011 e as Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012, definem que no mínimo 3% dos recursos do IGDSUAS devem ser destinados ao Conselho de Assistência Social, preferencialmente por meio de dotação orçamentária própria e com planejamento da destinação dos recursos feito em conjunto com os membros do Conselho e aprovado por este.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º - As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 8 de 18

- PNAS;

§ 2º - As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º - O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados à sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços sócio assistenciais para todos os destinatários da Política.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES.

Art. 4º - São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - Elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - Convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócios assistenciais,

programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais e Municipais;

VI - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - Aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS e Recursos Humanos - NOB RH/SUAS;

VIII - Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

X - Aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - Propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;

XII - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - Informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - Encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede sócio assistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

XIV - Acompanhar o processo do pacto de gestão



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 9 de 18

entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - Divulgar e promover a defesa dos direitos sócio assistenciais;

XVI - Estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - Regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos Benefícios Eventuais, conforme Lei Municipal nº 1293, de 05 de Novembro de 2015.

XVIII - Acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XIX - Publicar no respectivo meio de comunicação Oficial do Município, suas deliberações.

SEÇÃO II

DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS solicitará os seguintes documentos e informações:

I - Do Departamento Municipal de Assistência Social:

a) a política municipal de assistência social;

b) o plano municipal de assistência social;

c) o plano de ação;

d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;

e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;

g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS às entidades e organizações de assistência social;

i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético de execução física e financeira.

II - Das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução; e

d) os documentos contábeis.

III - Do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS:

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - Do Ministério da Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS;

V - Da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º - O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de, no mínimo, 06 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - Três representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 10 de 18

a) um do Departamento Municipal de Assistência Social;

b) um do Departamento Municipal de Saúde;

c) um do Departamento Municipal de Administração e Finanças.

II - Três representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

a) um representante dos usuários ou organizações de usuários da assistência social;

b) um representante de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;

c) um representante de entidades e organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo 6º, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 7º - Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - Grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos;

II - Movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, um ano, por meio de:

a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;

b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento;

e

c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 8º - Serão consideradas representações de usuários aqueles indivíduos e/ou grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo mediante participação efetiva nos Serviços sócio assistenciais desenvolvidos

pelo SUAS.

Art. 9º - Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º - As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993; e

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993.

§ 2º - Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 3º - Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede sócio



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 11 de 18

assistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social - SUAS as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 10 - Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 6º devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 - A eleição do representante dos usuários da Política de Assistência Social de que trata o inciso II do art. 6º, será realizada em Fórum dos usuários dos Serviços das Proteções Sociais Básica e Especial, organizada e coordenada pelo Presidente do CMAS, amplamente divulgada nos serviços sócio assistenciais.

Art. 12 - A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 6º ocorrerá em fórum próprio, coordenado pela sociedade civil.

§ 1º - Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação dos fóruns de que trata os artigos 11 e 12, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º - Após a escolha dos representantes dos usuários e da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º - O processo de eleição dos representantes dos usuários e da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 13 - A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 14 - Os conselheiros titulares e suplentes terão

mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 15 - A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 16 - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de um ano, permitida uma única recondução.

Art. 17 - Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderá atuar, com direito a voz, representante do Ministério Público, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 18 - Os membros referidos do art. 6º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência, sem justificativa, em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da maioria simples dos usuários dos serviços sócio assistenciais;

VI - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VII - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 6º, incisos I e II, da presente Lei.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 19 - O Conselho Municipal de Assistência Social



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 12 de 18

-CMAS compor-se-á dos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões; e
- IV - Secretaria Executiva.

§ 1º - A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 2º - A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de um ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;

§ 3º - A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º - As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;
- b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas; e

d) de Divulgação e Comunicação.

§ 5º - O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º - As ações de capacitação dos/as Conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§ 7º - A secretaria executiva, é o órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de funcionário designado pelo gestor responsável pela execução da política municipal de assistência social e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§ 8º - A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 9º - A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 20 - O Conselho Municipal de Assistência Social reunir-se-á, bimestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21 - O CMAS tem autonomia de se auto convocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 13 de 18

Art. 22 - A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os(as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e a Secretaria Executiva.

Capítulo III

DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art. 23 - A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo do Departamento responsável pela Assistência Social no Município, competindo-lhe:

I - Coordenar e executar as ações no campo da assistência social;

II - Elaborar o diagnóstico social e propor o plano de assistência social do Município;

III - Propor ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a política municipal de assistência social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - Elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - Encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - Prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

VII - Formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII - Coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede sócio assistencial Governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de

novembro de 2009;

IX - Articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - Expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

XI - Elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XII - Envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

XIII - Viabilizar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - Destinar recursos financeiros do município, a título de participação no custeio dos Benefícios Eventuais, estabelecidos pelo CMAS.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 24 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas, projetos e benefícios específicos de assistência social.

Art. 25 - No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - Orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - Certificar se o Departamento Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 14 de 18

comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais;

III - Assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

IV - Apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social, conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - Decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - Analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados; e

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - Verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social - SUAS, se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - Analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - Convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - Certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - Verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno;

Art. 26 - Constituição receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - Dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 15 de 18

IV - Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécies;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

XIX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras; e

XI - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - Os recursos previstos nos incisos I a XI do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º - Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 27 - O FMAS será gerido pelo Departamento Municipal de Assistência Social e pela Política Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento do Departamento Municipal de Assistência Social.

Art. 28 - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão aplicados em:

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo Departamento Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de

programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;

VIII - Atendimento das ações sócio assistenciais de caráter emergencial;

IX - Provimento de recursos às entidades não governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social; e

X - Custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública e emergências, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Art. 29 - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

www.zacarias.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/zacarias

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 16 de 18

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 30 - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, bimestral e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º - O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 - Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 32 - Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§ 1º - Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§ 2º - Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 33 - Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 34 - O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - Ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - Demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - Articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - Racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos (as) Conselheiros (as), principalmente daqueles (as) que fazem parte de outros Conselhos; e

V - Garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 35 - As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 36 - O Regimento Interno do CMAS complementarizará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 142/1995.

MUNICÍPIO DE ZACARIAS, Paço Municipal "Aldo Oliva", aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JAQUELINE POLIZEL OLIVEIRA

Procuradora Jurídica



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 17 de 18



MUNICÍPIO DE ZACARIAS

CNPJ: 65.708.760/0001-01

Rua Castro Alves, 637 - Fone: (18) 3694-8900 - CEP: 15.265-000 - Zacarias - SP

LEI Nº 1687/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

“Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.”

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Zacarias, Comarca de Buritama, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R\$ 38.655,00 (trinta e oito mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais) distribuídos as seguintes dotações:

| Suplementação (+) | | 38.655,00 |
|--------------------------|-----------------------------------|--|
| | 02 02 02 Setor Ensino Fundamental | |
| 335 | 12.361.0003.2012.0000 | MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL |
| 4.170,00 | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE T. - PESSOA |
| JURÍDICA | | |
| F.R.: 00100 | 01 | TESOURO |
| 220000 | | ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f |
| | 02 02 01 Setor Ensino Infantil | |
| 392 | 12.365.0003.2011.0000 | MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL |
| 21.115,00 | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL |
| PERMANENTE | | |
| F.R.: 00100 | 01 | TESOURO |
| 210000 | | EDUCAÇÃO INFANTIL-Convênios/entidades/fu |
| | 02 02 01 Setor Ensino Infantil | |
| 393 | 12.365.0003.2011.0000 | MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL |
| 13.370,00 | 3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| F.R.: 00100 | 01 | TESOURO |
| 210000 | | EDUCAÇÃO INFANTIL-Convênios/entidades/fu |

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: 38.655,00



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ZACARIAS

Conforme Lei Municipal nº 1.496, de 10 de setembro de 2018

Sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Ano IV | Edição nº 502

Página 18 de 18



MUNICÍPIO DE ZACARIAS

CNPJ: 65.708.760/0001-01

Rua Castro Alves, 637 - Fone: (18) 3694-8900 - CEP: 15.265-000 - Zacarias - SP

Artigo 3o.- Para efeito do crédito adicional de que trata a presente lei, fica alterado o PPA e a LDO vigente.

Artigo 4o.- - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE ZACARIAS, Paço Municipal "Aldo Oliva", aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JAQUELINE POLIZEL OLIVEIRA
Procuradora Jurídica